

## VIDA, TRABALHO E PAPÉIS SOCIOESPACIAIS DAS MULHERES A PARTIR DA MIGRAÇÃO RURAL-URBANA NO MUNICÍPIO DE MUZAMBINHO-MG

### LIFE, WORK AND SOCIO-SPATIAL ROLES OF WOMEN FROM THE RURAL\_URBAN MIGRATION S IN THE CITY OF MUZAMBINHO-MG

Letícia Almeida Araújo<sup>1</sup>  
Ana Rute do Vale<sup>2</sup>

**Resumo:** Quando vivem no campo, geralmente, as mulheres não possuem o reconhecimento e valorização de seu trabalho, sendo que seus papéis socioespaciais ficam restritos à esfera reprodutiva do lar e acabam buscando, na cidade, uma situação diferente. A partir do caso das mulheres que viveram no campo e depois migraram para a cidade, no município de Muzambinho-MG, essa pesquisa buscou compreender se seus papéis socioespaciais e as relações de trabalho se alteraram a partir do momento que passaram a viver no espaço urbano. Partindo de entrevistas com mulheres do campo e migrantes da cidade, pode-se concluir que, no contexto da realidade de uma cidade pequena, permeada pela ruralidade, a busca por melhores condições de vida na cidade foi, de certa forma concretizada, embora ainda vivenciem papéis socioespaciais desiguais, especialmente, pelos postos ocupados com menor remuneração e pela responsabilidade integral do trabalho reprodutivo.

**Palavras-chave:** espaço rural; espaço urbano; relações de gênero.

**Abstract:** When they live in the countryside, women generally do not have recognition and appreciation for their work, and their socio-spatial roles are restricted to the reproductive sphere of the home and end up seeking a different situation in the city. Based on the case of women who lived in the countryside and later migrated to the city, in Muzambinho-MG, this study sought to understand whether their socio-spatial roles and work relationships changed from the moment they began to live in the urban space. Based on interviews with women from the countryside and migrants from the city, it can be concluded that, in the context of the reality of a small town, permeated by rurality, the search for better living conditions in the city was, in a certain way, achieved, although they still experience unequal socio-spatial roles, especially due to lower paid positions and full responsibility for reproductive work.

**Key words:** rural space; urban space; gender relations.

Data de submissão: 31.10.2024

Data de aprovação: 16.12.2024

Identificação e disponibilidade:

(<https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/4652>,  
<http://dx.doi.org/10.18066/revistaunivap.v30i69.4652>).

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pelo Programa de Pós- Graduação de Geografia da Universidade Federal de Alfenas. E-mail: [araujo.leticia.almeida@gmail.com](mailto:araujo.leticia.almeida@gmail.com).

<sup>2</sup> Docente do curso de Geografia do Instituto de Ciências da Natureza da Universidade Federal de Alfenas. E-mail: [ana.vale@unifal-mg.edu.br](mailto:ana.vale@unifal-mg.edu.br).

## 1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que se tratando da vida das mulheres no campo, sobretudo daquelas pertencentes à agricultura familiar, a existência de uma divisão sexual do trabalho injusta, sempre promoveu a invisibilidade de suas funções que, do ponto de vista do capitalismo, são entendidas como reprodutivas, quer dizer, não geradoras de mercadorias, portanto de capital. Tais funções estão relacionadas às atividades domésticas, ao cuidado com os filhos, os idosos, os animais de pequeno porte e plantações nos quintais, sobretudo as hortas. Todavia, elas também atuam na lavoura, embora seu trabalho seja considerado apenas como “ajuda” ao trabalho masculino. Geralmente, esses motivos levam à migração rural-urbana feminina, em busca de melhores condições de vida e trabalho, na cidade.

Tal situação pode ser observada no município de Muzambinho-MG, foco deste trabalho, no qual predomina a cafeicultura, caracterizada pela forte presença da agricultura familiar, sendo muito importante o trabalho feminino, sobretudo, na fase da colheita, quando cabe a elas atuarem na secagem dos grãos nos terreiros, que localizados próximos à residência da família. Isso porque, permite que elas possam manter-se, ao mesmo tempo, à frente das tarefas domésticas, das quais, os homens participam muito pouco, com exceção nos momentos de ausência ou incapacidade física delas, principalmente, por motivo de doença, viagem ou morte. Nesse contexto, é bastante comum que as filhas solteiras migrem para a cidade, em busca de mais autonomia, por meio de sua inserção no mercado de trabalho e na conclusão dos estudos, almejando melhores salários. No entanto, será que isso realmente acontece, ou seja, há uma mudança em seus os papéis socioespaciais quando ocorre essa migração? É exatamente isso que esse trabalho pretende compreender, a partir da vida e do trabalho dessas mulheres, antes no campo e depois na cidade, no município de Muzambinho-MG.

Em termos metodológicos esse trabalho pautou-se pelo embasamento teórico, uso de dados secundários e entrevistas realizadas em dois momentos distintos e com mulheres diferentes: 1) em 2018, com 8 mulheres, representantes da agricultura familiar produtora de café e residentes no espaço rural, para a elaboração do relatório final do projeto “Agricultura familiar é questão de gênero no Sul de Minas: uma comparação entre cafeicultura convencional e orgânica”, financiado pela Fapemig (Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais), coordenada pela segunda autora deste trabalho e tendo a primeira como bolsistas e; 2) em 2021, com 20 mulheres também da agricultura familiar, que migraram para a cidade, utilizados como resultados da dissertação de mestrado da primeira autora deste trabalho, sob a orientação da segunda, denominada “Do campo à cidade: os papéis socioespaciais e as relações de trabalho das mulheres em Muzambinho-MG”, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), defendida em maio de 2021, no Programa de Pós-graduação em Geografia da UNIFAL-MG. Em ambos os momentos, as falas das mulheres foram transcritas e analisadas, a partir do referencial teórico utilizado nessa pesquisa. Ressalta-se que essas entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas. Os nomes das mulheres entrevistadas foram substituídos pelos codinomes mulher rural (pertencentes à agricultura familiar) e mulher urbana (oriundas da agricultura familiar que migraram para a cidade), acompanhados por uma numeração, de modo a garantir o anonimato delas.

Sendo assim, além da introdução e considerações finais, esse trabalho se estrutura a partir da análise sobre a vida e o trabalho feminino no campo sob a invisibilidade do trabalho feminino e dominação masculina, no município de

Muzambinho e compreensão sobre a migração rural-urbana feminina no contexto da vida e trabalho das mulheres que vieram do campo e possíveis mudanças nos seus papéis socioespaciais na cidade.

## **2 VIDA E TRABALHO FEMININO NO CAMPO: INVISIBILIDADE FEMININA E DOMINAÇÃO MASCULINA**

A invisibilidade feminina no campo está diretamente ligada ao fato de que, na divisão sexual na unidade familiar de produção do trabalho sempre coube às mulheres as atividades reprodutivas, caracterizada pela “produção social de seres humanos”, como “o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, tudo o que é feito para uso e consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família pelo nascimento e cuidado dos herdeiros” e aos homens, as atividades produtivas, ou seja, aquelas voltadas à “produção social de bens”, como “a agricultura, a pecuária, enfim tudo o que se associa ao mercado” (Francisco, 2011, p.34; Nobre, 1998, p.2). Na medida em que o capitalismo foi avançando, a reprodução tornou-se submissa à produção, o que reforçou, ainda mais, as desigualdades na participação na produção e reprodução entre homens e mulheres (Rossini, 1988, p. 34).

Dessa forma, o trabalho doméstico e a ajuda familiar representam essa invisibilidade feminina, considerando seu caráter não monetário, que “envolve uma relação de dependência”. “Esse tipo de análise está relacionado à ampliação do conceito de trabalho, no qual se incorporou a totalidade das atividades destinadas à produção de bens e serviços desenvolvidas, nas atividades públicas e privadas”. O trabalho feminino se insere nas relações de trabalho e família, ou seja, as estratégias de sobrevivência da família, por meio das atividades desenvolvidas por todos os membros dela, seja fora ou dentro da casa. Isso mostra que “a mulher desempenha um importante papel como atriz social, produzindo e reproduzindo o espaço” (Francisco, 2011, pp. 32-33). Mesmo assim, ao longo do tempo, houve pouca alteração no papel delas na agricultura familiar, que se refere a um grupo familiar que trabalha em atividades agrícolas, em uma área pequena, que pode nem ser sua propriedade legal. “Este regime de trabalho em economia familiar gera uma produção agroalimentar que é utilizada para o auto abastecimento (autoconsumo) mas também (e cada vez mais) para a comercialização” (Schneider & Cassol, 2017, p. 91).

No Brasil, a agricultura familiar é considerada como um tipo de empreendimento econômico, embora não exista a categoria profissional trabalhador familiar. Até o Censo Agropecuário de 2006, os dados mostravam o pai como responsável pela exploração, enquanto a esposa e os filhos “eram membros não remunerados da família”, mesmo que ninguém seja remunerado, demonstrando do poder que ele exerce sobre a renda familiar (Paulilo, 2004, p. 245). No Censo Agropecuário (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2017), houve uma mudança importante, com a inclusão de “novos instrumentos de registro da presença de mulheres na condição de produtora na direção do estabelecimento, bem como na condição de ‘casal’ em codireção” Essa proposta, “além de ampliar a visibilidade das mulheres na agropecuária”, tem objetivo de “contribuir para o entendimento das relações de gênero em dinâmicas de produção familiares e conjuntas” (Hora et al., 2017, p.14).

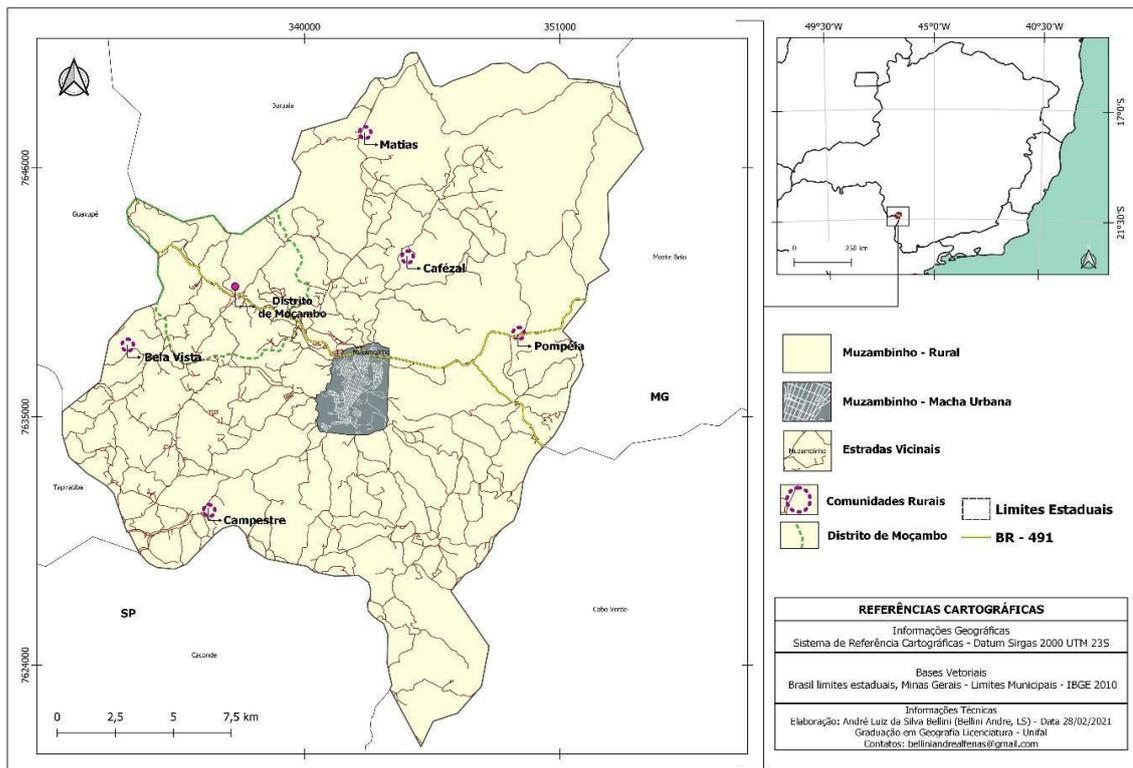
Segundo Nobre (1998), ocorre uma naturalização na divisão sexual (e por idade) do trabalho na agricultura familiar, uma vez que é dessa forma que os membros da família trabalham a terra por conta própria, na qual é possível a combinação entre disponibilidade de trabalho deles e as exigências das diferentes etapas do ciclo de produção agrícola, reforçando a ideia de que ao homem cabe o trabalho produtivo

(roçado) e à mulher o reprodutivo (casa). Inclusive, esse tipo divisão do trabalho está diretamente relacionado às representações sociais de gênero, como é o caso da atribuição do trabalho masculino como pesado e o feminino como leve, classificação essa que não tem a ver com a qualidade do esforço despendido pelo seu executor, mas com o gênero que o executa.

## 2.1 TRABALHO FEMININO NA AGRICULTURA FAMILIAR PRODUTORA DE CAFÉ EM MUZAMBINHO

O município de Muzambinho-MG está localizado na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, com uma área de 414,0 km<sup>2</sup> (Figura 1), população total de 21.891 pessoas (IBGE, 2022), sendo que 16.933 pessoas vivem no campo (77%) e 4.958 pessoas, na cidade (23%) e densidade demográfica de 53,40 hab./km<sup>2</sup> (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2022). Desse total, sendo que, no campo, havia 2.514 homens (53,5%) e 2.187 mulheres (46%), enquanto que na cidade eram habitadas por 7.752 homens (49,2%) e 7977 mulheres (50,8%) (IBGE, 2010). Isso demonstra que existe um elevado grau de urbanização e um processo de êxodo rural estabelecido no município.

Figura 1 - Mapa de localização geográfica do município de Muzambinho/MG.



Fonte: IGTEC. Org.: André Luiz da Silva Bellini (2021).

No que se refere ao espaço rural do município, do total de 1.182 estabelecimentos rurais, 1.094 são comandados por produtores homens (92,5%) e apenas 88 por mulheres (7,5%), com predominância de idade entre 45 e 65 anos, para ambos os sexos (68,6% masculino e 69,4% feminino) (IBGE, 2017). Vale ressaltar que, mesmo que esses dados representem somente os produtores rurais responsáveis pelos estabelecimentos, não deixa de ser uma pista que poderá levar a

considerar que a população rural de Muzambinho é masculinizada e envelhecida.

Na economia, a maior participação no Produto Interno Bruto (PIB) do município está nas atividades urbanas, vindo em primeiro lugar os setores de serviço (52,3%), seguidos pela administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (24,2%) e indústria (15,5%), ao passo que o setor agropecuário, por sua vez, representou apenas 8% (2018). Isso não significa, no entanto, que esse setor não tenha importância econômica para o município, que é um dos maiores produtores de café do Sul de Minas. Além disso, dentre culturas agrícolas permanentes, o café ocupa aproximadamente 96% da área (IBGE, 2017).

Os estabelecimentos rurais da região, produtores de café, possuem uma base técnica e social constituída a partir de:

[...] numerosas e pequenas explorações familiares, fomentando uma economia local ativa, marcada pela multiplicação de agentes econômicos interligados (comerciantes, cooperativas, empresas de insumos) e a existência de um mercado de trabalho particularmente dinâmico” (Silveira & Marques, 2009, pp. 232-233).

Nesse caso, as mulheres também exercem um papel secundário nos estabelecimentos familiares produtores de café, principalmente, no processo de venda da produção e o destino do dinheiro recebido, ou seja, na tomada de decisões.

No município de Muzambinho, a realidade das mulheres da agricultura familiar produtora de café será retratada neste artigo, a partir das falas de 8 mulheres entrevistadas, com faixa etária, entre 42 e 54 anos, todas casadas e mães de 2 filhos, em média, tendo a maioria filhas mulheres. Com relação ao grau de escolaridade, todas frequentaram a escola, sendo que 2 concluíram o ensino fundamental I, 2 o ensino fundamental II, 3 o ensino médio e somente uma o superior (Bacharelado em Administração).

Metade das mulheres entrevistadas vivem nos estabelecimentos rurais herdados pelo marido (4). Tal situação é bastante recente na agricultura familiar, ou seja, o direito à terra por parte das mulheres, uma vez que o Brasil segue as restrições do direito à propriedade dos países, onde não há um direito agrário separado do civil. A partilha das propriedades para filhos e filhas é desigual, principalmente, para as moças que saem para trabalhar ou estudar, ou na transferência da gestão para o marido daquelas que se casam (Paulilo, 2004). Inclusive, uma das entrevistadas relatou que, após a morte de seu pai, houve uma certa dificuldade na partilha porque os 4 irmãos homens achavam que tinham mais direitos sobre as terras do que as 3 irmãs, que depois foi resolvida (Mulher Rural 5, 2019). As outras 2 mulheres entrevistadas vivem em propriedades resultantes de herança e compra, ou seja, uma parte foi herdada e outra comprada de outro herdeiro.

Essas mulheres também atuam tanto em casa, nos quintais, nos terreiros de café, quanto no cafezal, ou pelo menos já atuaram.

Aqui eu faço de tudo e mais um pouco. Hoje no trabalho pesado mexendo com os cafés nem tanto mais, porque o corpo que não vai aguentando, mas eu gosto. Sei dirigir trator, sei mexer com a maquininha (colheitadeira de café manual), sei abanar café, secar, tudo. Só que hoje meu menino que ajuda mais o pai e eu fico mais cuidando dos serviços de casa que também não são poucos. Eu que levo meus filhos para estudar na cidade e busco, faço os serviços de banco. O que tem que resolver na cidade, a maioria das coisas eu resolvo. Aí, fica mais difícil ajudar no café, nos serviços de roça (Mulher Rural 4, 2019).

Algumas relataram que as mães sofreram mais, tanto na quantidade e dificuldade de trabalho — considerando que não tinham acesso a eletrodomésticos, quanto na forma como eram tratadas pelos maridos.

Ela (mãe dela) tinha que fazer todos os serviços, tudo à mão, desde cozinhar, lavar roupa, até mexer com café, capinar, matar porco, vaca. E eu lembro que o pai era muito bravo e ela fazia tudo quietinha, sem reclamar e ainda falava para gente ficar quieto e obedecer ao pai sem responder, porque ele dava castigo de vara mesmo (Mulher Rural 4, 2019).

Acreditam que o futuro será diferente, projetando que suas filhas não permanecerão no campo, sobretudo porque as incentivam a estudar e buscar uma colocação melhor na cidade. Inclusive, algumas já migraram.

Agora com as minhas meninas as coisas são mais diferentes ainda, porque elas aqui eu cobro o estudo primeiro. A mais nova quer fazer veterinária, está no ensino médio ainda, mas já estuda para fazer vestibular. E a mais velha, formou, fez técnico em administração e montou uma lojinha de sapatilha na cidade, vem dando certo e ela gosta. [...] Elas também sabem fazer de tudo o que for preciso, a gente sempre ensinou tudo (na lavoura de café) e elas têm um amor por viver aqui (Mulher Rural 2, 2019).

Quando se trata do tema decisões sobre o destino do dinheiro recebido pela venda da produção de café, percebe-se que existe uma grande participação das mulheres (7), decidindo em conjunto com o marido e os filhos jovens. “Ele (marido) que administra, mas eu sei de tudo o que é feito, sei de cada centavo, e também falo quando não concordo quando ele quer comprar alguma coisa que eu acho que não precisa” (Mulher Rural 7, 2019). Opcional ou não, tal situação ainda é muito comum na agricultura familiar: a mulher é a dona das terras, mas é o marido quem decide, sem que haja contestações, sendo que algumas têm consciência disso e outras tantas ainda não (Gouveia, 2003, p.56).

A desigualdade de gênero na agricultura familiar também está diretamente relacionada à forma de criação dos filhos. Nobre (1998) explica que, na infância, até os 5 anos de idade, quando as meninas passam a acompanhar as mães no aprendizado dos afazeres domésticos e os meninos aos pais no trabalho da roça, tendo a possibilidade de brincarem mais, nas horas de lazer, do que as meninas. Quando chegam à adolescência, as diferenças aumentam os rapazes têm permissão para sair mais de casa, enquanto as moças ficam a maior parte do tempo com a família, não somente por conta do trabalho doméstico, mas também para não comprometerem sua reputação.

No caso das entrevistadas, ao que tudo indica, essa situação se perpetua, já que mesmo quando a filha já não reside na propriedade familiar, quando retorna para uma visita, se responsabiliza pelos afazeres domésticos com a mãe. Para aquelas que só tiveram filhos homens, a dificuldade é ainda maior, ou seja, faz tudo sozinha, na casa. Algumas relataram que isso não muda por conta da forma da criação que receberam e continuam passando adiante, embora uma delas se questione a educação que repassou aos filhos:

Não as tarefas, infelizmente. Acho que é por conta da criação, mas aqui a culpada foi eu mesma pelo jeito que eu fui criada. Porque, lá em casa, eram 3 meninas e 4 homens. Os homens e as meninas

ajudavam o pai porque já não dava conta do serviço. Aí, até para ajudar nossas mães era difícil. Ou a gente tinha que passar roupa a noite para ela, fazer alguma refeição. Agora meus filhos, no caso, quando eles ficavam beirando o fogão, eu falava: “não fica aqui, que isso não é lugar de homem”, porque eu fui criada desse jeito. Eu via a mãe fazer tudo sozinha e peguei isso, e não tenho paciência de esperar alguém fazer, eu vou lá e já faço. Eu não me sinto bem em deixar os outros fazerem o meu serviço. E agora eu vejo como faz falta. E se minhas noras ficarem doentes? Eles têm que saber fazer alguma coisa. Mas algumas coisinhas eles sabem, meu marido que não faz nada, porque a criação dele veio mais detrás ainda. (Mulher Rural 8, 2018).

Sobre a sucessão geracional na propriedade familiar, a expectativa de todas as entrevistadas é de que isso ocorra, sobretudo, que filhos homens permaneçam, pois já demonstram interesse, trabalhando com o pai. Mas, no caso de uma delas que tem apenas uma filha, isso não ocorre, uma vez que considera que a mesma tem capacidade para administrar a propriedade e recebe incentivo dos pais. Acredita que, por ser mulher, “ela vai ter que estudar e administrar diferente se fosse um menino, que pegaria mais no batente”, mas questiona se o estudo ou o casamento com um jovem da cidade poderá afastá-la da agricultura. Caso isso aconteça, a venda da propriedade será inevitável, no futuro e eles deverão respeitar a decisão dela (Mulher Rural 3, 2019).

### **3 MIGRAÇÃO RURAL-URBANA FEMININA: OS PAPÉIS SOCIOESPACIAIS DAS MULHERES MUDAM NA CIDADE?**

Quando se trata do fenômeno migratório, é importante considerar as relações de gênero, pois “o ser mulher ou o ser homem incide definitivamente nas motivações, incentivos, limitações e nas possibilidades da mudança”, por abranger não somente fatores econômicos, étnicos, de geração, mas também, pela singularidade do processo para homens e mulheres (Castro, 2006, p. 79). No caso da migração feminina, isso pode representar que essa mulher queira:

[...] a fuga de uma estrutura social patriarcal com rígidas noções do que constitui “propriedade” em relação à mulher. Em geral, a mulher pobre, índia, negra ou mestiça não tem direito à herança e à propriedade de terras no campo nem quando casa e muito menos quando se separa (ou divorcia), configurando-se uma articulação entre as categorias gênero, classe e etnia (Lisboa, 2006, p. 152).

Sobre as motivações de sair do campo, que pode ser por migração conjunta e/ou individual, Lisboa (2006, p. 158) elenca:

a) resolver a questão socioeconômica, pela falta de oportunidades de emprego ou ocupações mal remuneradas no campo, e por terem menor chance de encontrar trabalho do que os homens; b) poder ter acesso à educação. Possuem baixo nível de instrução pela dificuldade de acesso à escola geralmente atribuída às longas distâncias e à ineficiência das escolas rurais (que funcionam como escolas isoladas, com uma professora para quatro turmas); c) conquistar a independência econômica e social de suas famílias de origem,

principalmente as solteiras, viúvas ou separadas; d) alcançar mobilidade social na cidade, melhorar de vida, conseguir um bom emprego; e) ter acesso a serviços básicos, principalmente atendimento à saúde; f) experimentar diferentes sensações na cidade: passear, divertir-se, ir a festas, conhecer pessoas, sair com as amigas, aprender coisas novas; g) ir atrás da rede familiar, ou seja, a maioria dos membros da família já se encontram na cidade e motivam a emigração (Lisboa, 2006, p. 158).

É importante ressaltar também, que o migração rural-urbana feminina tem levado à masculinização e envelhecimento da população rural brasileira, como um resultado das transformações das atividades agrícolas, representado pelo uso intensivo de tecnologia e o assalariamento da mão de obra, temporária ou permanente, geralmente masculina, além da deficiência de infraestrutura e de serviços no campo, dificultando as oportunidades de ocupação e trabalho para as mulheres jovens e adultas, permanecendo sempre responsáveis por serviços domésticos da esfera reprodutiva. Com isso, aumenta a segregação de gênero nas atividades agrícolas e incentiva as mulheres a deixarem o campo (Nobre, 1998).

A partir da realidade das mulheres entrevistadas, que migraram do campo para a cidade, em Muzambinho, compreendemos melhor esse processo. A faixa etária delas variaram entre 14 e 55 anos, mesma coisa com relação ao tempo já vivido na cidade, que variou entre 6 meses e 60 anos, afirmando que o migração rural-urbana feminina é um processo contínuo, embora apenas 30% tenham migrado sem a família.

O primeiro tema abordado foram as motivações para a decisão de migrarem e o mercado de trabalho urbano, a oportunidade de empregos melhores apareceu com motivo principal, tanto individual quanto com a família, considerando que na agricultura do município as oportunidades de emprego se restringem ao período de colheita do café. O acesso à educação também é outro motivo, pela busca em continuar os estudos para elas próprias ou para os filhos. Em menor proporção, foi a questão da falta de assistência médica no campo, sobretudo nos casos de problemas de saúde crônicos, os quais exigissem maior proximidade com centros de tratamento, mais comum na população idosa.

Mesmo em se tratando de uma cidade pequena, a vida do migrante passa por mudanças, especialmente, no que tange ao comportamento ou hábitos que são diferentes dos que tinham no campo. As entrevistadas relataram que passaram a ser mais comunicativas, a acordar mais tarde e a consumir mais pelas ofertas de produtos urbanos, que nem sempre utilizavam no campo.

Consumo! Morar na cidade a nível de consumo é um terror! Você sente necessidades que você quando está no campo não sente a mínima falta! Por exemplo, sair do serviço e passar na padaria para comprar coisas para o café, no campo não é assim, você não tem aonde ir, então, você vai usar o que tem em casa e vai fazer o seu café, é uma coisa bem mais simples, então morar na cidade estimula muito o consumo, as próprias lojas, né? Você está saindo do serviço e está passando na porta de várias lojas, que acaba induzindo você a querer coisas que nem precisa (Mulher Urbana 4, 2021).

Um problema marcante, destacado por Araújo (2015, p. 300) é a informalidade do trabalho das mulheres, com a realização de atividades que são realizadas de forma precária, "sendo trabalhos desvalorizados, muitas vezes que mantêm resquícios do ambiente privado e doméstico". No caso das mulheres com uma condição financeira instável no campo, sem apoio familiar, sem estudos e sem uma rede de acolhimento

na cidade, normalmente, são absorvidas por empregos como empregadas domésticas, embora isso também pode ocorrer quando migra com a família migra com a família, por conta mesmo das condições desiguais na própria aceitação da mulher no mercado de trabalho urbano e a naturalização de sua vocação para os afazeres domésticos, dentro e fora de casa. Na cidade de Muzambinho não foi diferente. A incorporação dessas mulheres ao mercado de trabalho ocorreu a partir de empregos como diaristas e empregadas domésticas.

Os dados mostram que, no município, a distribuição dos empregados por gênero apresenta diferenças discrepantes, entre homens e mulheres. Segundo o Cadastro Central de Empresas e do IBGE (2017), a maioria das atividades são ocupadas por eles (61%), principalmente nas atividades relacionadas à construção (98.5%), agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (75%) e comércio (58%), enquanto que elas se sobressaem apenas nos empregos relacionados aos serviços domésticos (97%), à saúde humana e serviços sociais (75%), à educação (72%) e às atividades de alojamento e alimentação (59%).

Obviamente, que tal situação ocupacional dessas mulheres, com menor remuneração, está ligada à baixa escolaridade. Todavia, o fato de ter maior nível de escolaridade, não garante a elas trabalho remunerado e qualificado e com salários igualitários com relação aos homens (Lavinias, 1997). Ressalta-se que pensar que o trabalho remunerado libertaria as mulheres, historicamente, deve ser analisado à luz das questões sociais e raciais, uma vez que remete à experiência de mulheres brancas, com acesso a carreiras profissionais de grau relativamente elevado de autonomia e remuneração, enquanto as negras, geralmente, ocupam os postos dos trabalhos domésticos. O trabalho assalariado “para as mulheres da classe trabalhadora que ganham muitas vezes menos do que o salário mínimo e recebem poucos benefícios, quando os recebem, significa a continuidade da exploração de classe” (Biroli, 2018, p. 38).

O trabalho remunerado foi acessado imediatamente após a migração para 55% (11) das mulheres da pesquisa e que ainda continuam trabalhando, com registro na carteira de trabalho, o que dificilmente teriam no campo. Elas se empregaram nos setores do comércio, serviços e atividades domésticas. Obviamente que, nem todas tiveram as mesmas oportunidades, ocupando cargos de chefia ou com valorização profissional, ao longo do tempo, vivendo na cidade. Apenas 2 mulheres se tornaram empreendedoras, como representantes de correspondente bancário. Diante dos baixos salários, 4 entrevistadas relataram que necessitavam de renda complementar: 3 delas com a venda de quitandas (bolos, pães, biscoitos, pão de queijo) e uma revendendo cosméticos e uma costurando roupas.

Nesse grupo, existiam 9 mulheres aposentadas, sendo que 2 nunca trabalharam fora de casa e se aposentaram por terem atingido a idade mínima exigida para as mulheres, tendo se dedicando exclusivamente a afazeres domésticos e ao cuidado com os filhos. A aposentadoria por idade também foi o caso de 2 entrevistadas que, embora tenham tido empregos remunerados, geralmente, domésticos, esses não obedeciam às leis trabalhistas, não contabilizando a contribuição delas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Mas teve também o caso de uma delas que se aposentou como trabalhadora rural, quando ainda vivia no campo. No entanto, em 3 casos a aposentadoria é complementada com outras formas de renda: revenda de lingerie, venda de leite (produção na propriedade rural da família) e de salgados de festa.

Apesar das dificuldades, algumas delas acreditam se sentirem mais valorizadas

e ter maior visibilidade social ansiada, vivendo na cidade, principalmente por conta do trabalho remunerado. “Eu acredito que sim, porque você acaba recebendo um dinheiro só seu e parece que as outras pessoas veem que você está trabalhando, sabe?” (Mulher Urbana 9, 2021). Também destacaram que na cidade existem mais opções de trabalho feminino do que no campo, com nesse relato:

Igual, eu trabalho em área de comércio, tem as professoras aqui, tem a área da saúde. Eu tenho amigas enfermeiras também, então vários setores. Já na roça não tem, principalmente, para mulher. O que a mulher consegue de trabalho na roça é mais em época de panha de café mesmo, porque não tem muito serviço. Os que aparecem acabam sendo mais para os homens mesmo (Mulher Urbana, 2021).

As relações de trabalho na cidade acabam atribuindo novos significados na vida da mulher que veio do campo: as convivências se alteram, a autonomia, a independência e a confiança. O trabalho das mulheres contribui para o desenvolvimento do espaço urbano, seja pelo seu papel produtivo, para aquelas que trabalham com remuneração e se tornam consumidoras em potencial, ou aquelas que trabalham em casa e possibilitam que outros membros da família trabalhem fora do ambiente familiar.

No entanto, é importante destacar que definição dos papéis sexuais e as configurações entre as esferas pública e privada estabeleceram lugares distintos para homens e mulheres, sendo que elas devem ficar confinadas à esfera doméstica, sendo privadas do acesso ao saber, ao poder, ao prestígio e aos valores culturais, que ainda continuam como prerrogativas masculinas. Considerando apenas o espaço público como válido para o desenvolvimento dos espaços urbanos, ignora-se a totalidade do trabalho da mulher para a cidade, quando exclui o seu trabalho não remunerado no espaço privado.

Em se tratando da espacialidade no espaço urbano, as entrevistadas responderam que os locais mais frequentados por elas restringe-se, em primeiro lugar, os supermercados (70%), que são lugares que atendem à necessidade de alimentação, ao mesmo tempo em que são locais de estímulo ao consumo; em segundo, o local de trabalho (45%) que as permite transitar pelo espaço na cidade, de forma mais livre; em terceiro, a casa de amigos (40%), pelos laços afetivos criados na cidade e; em quarto (25%), o consultório médico, especialmente, pelas mulheres mais velhas, e a igreja, cuja tradição de participar de atividades religiosas elas trouxeram do campo, sendo que 95% se autodenominavam católicas. Entretanto, espaços como bancos e serviços de escritório foram pouco citados por elas, que, em geral, consideram que questões burocráticas da família devem ser de responsabilidade masculina.

No caso dos espaços de lazer, apenas uma das entrevistadas citou restaurantes e uma outra as praças, mas somente com finalidade de caminhar. Todavia, há que se considerar que, além de Muzambinho ser uma cidade pequena sem muitas opções de lazer, a realização das entrevistas ocorreu em período de pandemia da Covid-19, decretada em março de 2020 (Organização Pan-americana de Saúde [OPAS], 2020), na qual o isolamento. Para a maioria delas, espaços frequentados por homens e mulheres na cidade não se diferem, apesar de admitirem que já presenciaram situações de preconceito contra mulheres que frequentam bares e estabelecimentos culturalmente taxados de masculinos. “Só minha filha que falou, esses tempos, que foi levar carro no mecânico e sentiu que ele passou ela pra trás por ser mulher, cobrou mais caro um serviço simples, como se ela não fosse entender” (Mulher Urbana 2,

2021).

Por fim, o tema foi os elementos e espaços de identificação e reconhecimento das mulheres na cidade, dentre eles a denominação feminina de ruas, estabelecimentos e monumentos. A maioria das entrevistadas disse não se recordar de nenhum (80%) que tenha recebido um nome de mulher, embora acreditem ser necessárias as homenagens àquelas que foram importantes para a história do município. Das restantes que se lembraram, foram citados 2 estabelecimentos educacionais (Centro de Educação Infantil Municipal Dona Risoleta Neves e a Creche Municipal Helena Dipe) e o nome de 2 ruas (Rua Lucinda Moura e a Rua Fátima Anderson), ambas de professoras. Isso reforça a ideia de que, em geral, são nomes ligados ao magistério, profissão considerada feminina, ou então, por parentesco político (mãe, esposa). Na verdade, na cidade de Muzambinho existem apenas 17 ruas com nome de mulheres.

A participação feminina em cargos políticos, no município, também deixa a desejar, embora, pela primeira vez, no mandato 2021-2024, do total de 11 vereadores eleitos na Câmara Municipal, 3 são mulheres. Talvez isso possa representar um início um avanço na busca pela equidade de gênero, pelo menos no poder legislativo.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Partindo da análise desses dois grupos de mulheres pesquisadas, em Muzambinho, foi possível compreender que elas desempenham papéis socioespaciais diferentes, não apenas com relação aos homens, mas também entre os espaços rural e urbano, sobretudo quando considera-se o tipo vida e do trabalho exercido por elas.

As mulheres que vivem no campo exercem tripla jornada de trabalho, atuando nas atividades domésticas, nos quintas (horta, criações, terreiro de café) e no cafezal, sendo que os afazeres domésticos raramente são divididos com os homens da família. Tal situação é tratada como naturalidade por elas, justificado pela forma de criação que recebem e que ainda repassam aos filhos e filhas, embora incentivem as meninas a estudarem e buscarem melhores oportunidades na cidade. Os filhos homens, por sua vez, caso não queiram estudar, poderão cuidar da propriedade, garantindo a sucessão geracional, mas mantendo a desigualdade de gênero e mantendo as mulheres restritas aos espaços da casa e quintais, mesmo quando atuam no roçado, a invisibilidade do seu trabalho, não lhes permite apropriar-se totalmente desse espaço.

Vivendo na cidade, a inserção delas no mercado de trabalho remunerado, mesmo com baixos salários, como é o caso dos empregos domésticos, trouxe mudanças significativas de vida. Passaram a se sentir mais valorizadas e comunicativas e adquiriram hábitos urbanos, sobretudo o consumismo, embora pouca coisa tenha mudado com relação à divisão do trabalho doméstico, que continua, praticamente, centralizado nas mulheres. Mesmo sentindo maior liberdade para ir e vir, na cidade, essas mulheres também não ocupam muitos espaços públicos, ficando mais restrito às idas ao supermercado, ao local de trabalho, à casa de amigos, aos consultórios médicos e à igreja católica, coincidindo esses com seus espaços de lazer. Isso mostra que nem mesmo a atuação dela em atividades produtivas, têm lhes permitido uma melhor apropriação dos espaços públicos urbanos.

De toda forma, a questão é que as mulheres trabalham, produzem e reproduzem espaços e, apesar da persistência do patriarcado nas relações de gênero, um dos desafios da produção científica é não as vitimizá-las. É necessário, também,

compreender todas as dinâmicas de vida e de trabalho feminino, seja no campo ou na cidade, para que seja um começo para o reconhecimento e a superação das desigualdades existentes.

## REFERÊNCIAS

- Araújo, L. L. (2016). Geografia e as questões de gênero no contexto do trabalho: formas contemporâneas de inserção das mulheres no mercado de trabalho formal. *Pegada: a revista da geografia do trabalho*, 16(2). <https://doi.org/10.33026/peg.v16i2.3928>.
- Bellini, A. L. S. (2021). Mapa de localização geográfica do município de Muzambinho/MG. in Instituto de Gestão Territorial e Geotecnologias (Organização). *Sistema de Referência Cartográfica, Datum Sirgas 2000 UTM*. 2021.)
- Biroli, F. (2018). *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil* (1. ed.). Boitempo.
- Castro, J. Y. C. (2006). *Ahora las mujeres se mandan solas: migración y relaciones de género en una comunidad mexicana transnacional llamada Pie de Gallo*. [Tese de Doutorado. Universidad de Granada]. <https://digibug.ugr.es/handle/10481/940>.
- Francisco, M. L. O. D. (2011). Geografia de Gênero e Trabalho Familiar: Algumas Considerações. *Revista Latino-americana de Geografia e Genero*, 2(1), 027–036. <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.2.i1.027036>.
- Gouveia, T. (2007). Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras. *Cadernos de Crítica Feminista*, 1(0), 56-73. [https://soscorpo.org/?page\\_id=2665](https://soscorpo.org/?page_id=2665).
- Hora, K., Nobre, M., & Butto, A. (2021). As mulheres no Censo Agropecuário 2017. Friedrich-Ebert-Stiftung. <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17954-20210816.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo Demográfico Brasileiro: IBGE Cidades*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/muzambinho/panorama>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Censo Agropecuário 2017*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/muzambinho/pesquisa/24/27745>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *População Muzambinho*. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/muzambinho.html>
- Lavinas, L. (1997). Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete. *Dados*, 40(1), 41-67. <https://doi.org/10.1590/s0011-52581997000100003>
- Lisboa, T. K. (2010). Gênero e migrações: trajetórias globais, trajetórias locais de

- trabalhadoras domésticas. *REMHU, Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana*, 14(26/27). <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/39>.
- Nobre, M. (1998). Relações de Gênero e Agricultura Familiar. In M. Nobre, E. Siliprandi, S. Quintela, & R. Menasche (Orgs.). *Gênero e Agricultura Familiar*. SOF. <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/11/f1207relaes-de-genero-e-agricultura-familiar---miriam-nobre.pdf>.
- Organização Pan-americana de Saúde. (2020). Histórico da pandemia de COVID-19. <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>.
- Paulilo, M. I. S. (2004). Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 229–252. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100012>
- Rossini, R. E. (1988). *Geografia e Gênero: A Mulher na Lavoura Canavieira Paulista*. [Tese de Livre Docência em Geografia Humana, FFLCH/USP].
- Schneider, S. & Cassol, A. (2017). Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. In G. C. Delgado, & S. M. P. P. Bergamasco (orgs.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro* (pp. 82-109). Ministério do Desenvolvimento Agrário. [https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura\\_Familiar.pdf](https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf).
- Silveira, M. A., & Marques, P. E. M. (2009). Desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da cafeicultura familiar no Sul de Minas Gerais. In A. A. Cazella, P. Bonnal, & R. S. Maluf (orgs.). *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil* (pp. 229-250). Mauad X. <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2011/08/CAZELLA-BONNAL-MALUF-Agricultura-Familiar-Multifuncionalidade.pdf>